COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

PROJETO DE LEI Nº 4.949, DE 2009

Proíbe a adição de gorduras interesterificadas nos alimentos destinados ao consumo humano.

Autor: Deputado BETO FARO

Relator: Deputado FERNANDO DE FABINHO

I - RELATÓRIO

O projeto em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Beto Faro, veda a fabricação, comercialização e importação de alimentos destinados ao consumo humano que contenham gorduras interesterificadas. Sujeita, os infratores, ainda, às penalidades previstas em legislação específica, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis.

Em sua justificação, o nobre Autor informa que, após a fixação de limites, pela autoridade sanitária, para a utilização de gordura trans em alimentos e a sua rejeição pelos consumidores, tal gordura foi substituída pelas gorduras interesterificadas na elaboração de alimentos. Tendo em vista a existência de estudos que relacionam o consumo dessas gorduras ao surgimento de alterações no metabolismo do açúcar no organismo humano, o Autor defende a proibição da comercialização no País de produtos que contenham a gordura interesterificada em sua composição.

Em consonância com o inciso II do artigo 24 do Regimento Interno desta Casa, a proposição está sujeita, na ordem, à apreciação conclusiva por este Colegiado, que ora a examina, e pela Comissão de Seguridade Social e Família. Caberá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania emitir parecer terminativo quanto à constitucionalidade e juridicidade dos projetos.

Coube-nos, nos termos do art. 32, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a honrosa tarefa de relatar o PL nº 4.949, de 2009, o qual, no prazo regimental, não recebeu emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe-nos, neste douto Colegiado, analisar o impacto econômico da proibição da fabricação, comercialização e importação de produtos que contenham gorduras interesterificadas. Ocorre que o mérito econômico de tal medida encontra-se correlacionado à análise de seus reflexos sobre a saúde da população brasileira, sobre o qual passamos a discorrer a seguir.

A substituição da gordura hidrogenada, usada em larga escala pela indústria de alimentos, pela gordura interesterificada, que também está sob suspeita de causar malefícios à saúde humana, foi precipitada pela edição da resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Tal Resolução determina que os valores de gordura transaturada contidos em alimentos embalados devem ser declarados em seus rótulos, expondo ao consumidor a presença dos ácidos graxos trans, acusados de contribuir para o desenvolvimento de cânceres, doenças cardíacas, doenças autoimunes e problemas de fertilidade e crescimento.

Ocorre que as gorduras interesterificadas também estão sob suspeita de causar malefícios à saúde humana. O processo que produz óleos interesterificados, apesar de ser “livre de trans”, contém resíduos de produtos químicos, hexanos e outros compostos perigosos. Estudo recente, publicado em revista reconhecida da área de nutrição, revela que a gordura interesterificada afeta a produção de insulina pelo pâncreas, causando uma alarmante elevação nos níveis de açúcar do sangue. Outros artigos – um deles produzido pelo Centro de Pesquisas Nestlé – questiona os resultados apresentados na pesquisa anterior.

Enquanto a ciência não nos dá uma resposta cabal sobre os efeitos do consumo desses ácidos graxos sobre a saúde, julgamos que o mais adequado é adotar uma posição de cautela, não expondo a população a possíveis riscos sanitários, o que, do ponto de vista econômico, elevaria o número de internações, o consumo de medicamentos e, por conseguinte, os gastos com saúde.

O debate econômico acerca da medida em tela também deve abarcar o cálculo de seu impacto sobre o nível de atividade da indústria alimentícia, o emprego e a renda neste setor. Antes da publicação da Resolução citada - que informa, nos rótulos de alimentos, sobre a presença de gordura trans - alegava-se que limitações tecnológicas, bem como dificuldades relacionadas ao fornecimento de matérias-primas para a substituição da gordura "trans" imporiam severas restrições para a eliminação dessas gorduras na fabricação de determinados alimentos. Dizia-se que até mesmo as empresas de grande porte não estariam preparadas para dar esse passo, que exigiria a readequação do processo tecnológico de produção de diversos alimentos, encarecendo-os e prejudicando, ao final, o consumidor. Não obstante, essas profecias não se realizaram e a indústria alimentícia prontamente soube buscar alternativas.

Portanto, a nosso ver, necessário se faz adotar incentivos voltados para a pesquisa e o desenvolvimento de produtos alimentícios e matérias-primas alternativas, tais como a canola, o algodão, o girassol com alto teor de ácido oléico, a soja com alto teor de ácido linolênio, entre outras.

A nosso ver, portanto, o Projeto em tela reafirma os ditames do Código de Defesa do Consumidor, que reconhece, em seu artigo 4º, a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo e a necessidade de ação governamental para protegê-lo, devendo prosperar.

Ante o exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.949, de 2009.**

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado FERNANDO DE FABINHO
Relator